CONFIDENCIAL



## LIGA PARANAENSE DE COMBATE AO CÂNCER CNPJ N° 76.591.049/0001-28

COMBATER O CÂNCER COM HUMANISMO, CIÊNCIA E AFETO

A LPCC possui processos fiscais, trabalhistas e cíveis, em andamento e fase de defesa que envolve responsabilidades contingenciais. A Administração da Entidade, baseada na opinião de seus consultores jurídicos, constituiu provisão para contingências no valor de R\$ 1.774.053 em 31/DEZ/2019, para aquelas causas cujo desfecho desfavorável é considerado provával

contingencias no valor de l'estratorio de l'es

DESCRIÇÃO	Em R\$ 1 31/DEZ/19	Em R\$ 1 31/DEZ/18
Contingências Cíveis Possíveis	8.643.000	391.987
Contingências Trabalhistas Possíveis	1.105.553	-
Contingências Tributárias Possíveis	4.950.218	4.156.029
TOTAL	14.698.771	4.548.016

15 – Recursos de Convênios
Os saldos dos Recursos obtidos por meio de convênios e parcerias com Entidades Públicas Nacionais para desenvolvimento de novos projetos e pesquisas estão assim compostos:

ÓRGÃO	SINº	OBJETO	31/DEZ/18	MENTOS	UTILIZAÇÃO	31/DEZ/19
CONIACC	Campanha "Ação e Vida	AQUISIÇÃO DE	532		(532)	
FAS.	2016" 5130/2016	MEDICÁMENTOES AQUISIÇÃO DE MEDIC. E	1.998.259	24.538	(2.022.797)	_
FAS.		CUSTEIO DE MANUTENÇÃO CUSTEIO PEDIATRIA		8.021	(313.448)	301.230
FNS/MS FNS/MS	Pela Vida da Criança - III SICONV nº 834138/16 SICONV nº 834132/16	AQUISIÇÃO DE IMOBILIZADO AQUISIÇÃO DE IMOBILIZADO AQUISIÇÃO DE IMOBILIZADO	606.657 155.372 110.625	287 1.071	(144.784) (111.696)	10.875
FNS/MS FNS/MS	SICONV nº 780609/12 SICONV nº 824479/15	AQUISIÇÃO DE IMOBILIZADO AQUISIÇÃO DE IMOBILIZADO	355.676 73.641	7.401 842	(363.077)	-
FNS/MS			136.587	1.483	(138.070)	-
FNS/MS FNS/MS	SICONV nº 835198/16 SICONV nº 836440/16	AQUISIÇÃO DE IMOBILIZADO AQUISIÇÃO DE IMOBILIZADO	239.472 263.077	1.006	(239.472) (264.083)	-
FNS/MS FNS/MS	SICONV nº 837153/16 SICONV nº 848516/17	AQUISIÇÃO DE IMOBILIZADO	101.347 477.571	879 1.404	(102.226) (458.348)	20.626
FNS/MS FNS/MS	SICONV nº 848521/17 SICONV nº 848522/17	AQUISIÇÃO DE IMOBILIZADO AQUISIÇÃO DE IMOBILIZADO	195.758 266.781	- 1.414	(195.758) (256.396)	- 11.799
FNS/MS FNS/MS	SICONV nº 848519/17 SICONV nº 877651/18	AQUISIÇÃO DE IMOBILIZADO		284.325 223.697	(280.249)	4.076
FNS/MS			-	201.507	(200.673)	1.848 833
FNS/MS FNS/MS	SICONV nº 879573/18 SICONV nº 868447/18	AQUISIÇÃO DE IMOBILIZADO AQUISIÇÃO DE IMOBILIZADO	-	395.066 154.673	(393.900) (154.500)	1.166 173
FNS/MS	Diretoria Executivam FNS -Time Mania	CUSTEIO	20.123		(19.879)	244
FNS/MS IRM	SICONV nº 848511/17 CONTA ÚNICA	AQUISIÇÃO DE IMOBILIZADO DIVERSOS PROJETOS CUSTEIO ESPAÇO DA	250.442 530.289	2.913 237.606	(253.355)	- 650.472
IRM	Conv nº 2017/082 Projeto	CUSTEIO ESPAÇO DA FAMÍLIA 2018	86.568	657	(82.780)	4.445
IRM	IRM Conv Mc Dia Feliz - 2018 (Campanha)	A DEFINIR	230.366	9.111	(239.477)	-
IRM	(Campanha) Conv IRM - Fundo de Reserva	A DEFINIR	-	79.140	(928)	78.213
IRM	Conv IRM nº 2018/139	CUSTEIO ESPAÇO DA FAMÍLIA 2019	_	116.586	(52.557)	64.029
IRM	Conv Mc Dia Feliz - 2019 (Campanha)	A DEFINIR	-	271.444	(24.478)	246.966
IRM	Conv IRM nº 2018.103	QUALIF. INFORM. CÂNCER INFANTOJUVENIL 2019	_	40.298	(11.255)	29.043
MPT	PAJ nº	AQUISIÇÃO DE IMOBILIZADO	_	13.300	(9.033)	4.267
MPT	002842.2018.09.000/6 PAJ n	AQUISIÇÃO DE IMOBILIZADO	_	50.571	(50.000)	571
MPT	001341.2016.09.000/2 PAJ nº	AQUISIÇÃO DE IMOBILIZADO	_	103.516	(23.000)	80.516
MPT	002422.2016.09.000/0-11 Proc Adm n° 5007052-	IMPLANTAÇÃO DO ESPAÇO	_	22.240	(21.781)	460
MPT	05.2018.4.047009/PR PAJ n°	ACOLHIMENTO PACIENTÉS AQUISIÇÃO DE IMOBILIZADO	_	12.035		12.035
MPT	000589.2019.09.000/2 PAJ nº	AQUISIÇÃO DE IMOBILIZADO	_	20.074	(11.000)	9.074
MPT	001810.2014.09.000/0 PAJ nº	AQUISIÇÃO DE IMOBILIZADO		11.084		11.084
MPT	001985.2018.09.000-7 ACP n°	AQUISIÇÃO DE IMOBILIZADO	135.992	252	(136.244)	_
MPT	000105734.2014.5.09.0892 PAJ n°	AQUISIÇÃO DE IMOBILIZADO	187	15.096	(15.283)	_
MPT	003726.2017.09.000/4-06 Conv MPT Recursos	A DEFINIR	100.364	86.645	(114.591)	72.418
MPT	Projetos a Definir IC nº	AQUISIÇÃO DE IMOBILIZADO	1.500	3.500	(5.000)	_
MPT	0001007.2015.09.000/6 IC 290.2011.09.000/6 PAJ n°	AQUISIÇÃO DE IMOBILIZADO	49.273	-	(49.273)	-
MPT	002893.2017.09.000/1-11	AQUISIÇÃO DE IMOBILIZADO AQUISIÇÃO DE IMOBILIZADO	53	-	(53)	-
PRONON I	61 SIPAR 25000.159020.2014		878.125	13.917	(319.292)	572.750
PRONON II	21 SIPAR 25000 080030/2015	AQUISIÇÃO DE IMOBILIZADO AQUISIÇÃO DE IMOBILIZADO	727.554	426	(710.366)	17.614
PRONON III	15 SIPAR 25000.060528/2015		1.449.211	29.470	(212.486)	1.266.195
PRONON -IV	53 SIPAR 25000.000002.2017	AQUISIÇÃO DE IMOBILIZADO	4.906.062	3.383	(2.312.665)	2.596.780
PRONON -V	86 SIPAR 25000.000002.2013	ROBÓTICAS	4.234.019	94.794		4.328.813
PRONON -VI	20 Conv. nº 027/2019 -	AQUISIÇÃO DE IMOBILIZADO	1.687.492	38.540		1.726.032
SESA	Hospice Conv. nº 029/2018 -	AQUISIÇÃO DE IMOBILIZADO CONSTRUÇÃO DO HOSPITAL	500	709.526	(2.006.440)	709.526
SESA Termo de	Erastinho	ERASTINHÓ	500	2.649.349	'	553.730
Fomento Termo de	Prefeitura de Irati	CUSTEIO UNIDADE IRATI	3.328	-	(3.328)	-
Fomento Termo de	Prefeitura de Inácio Martins Prefeitura de Fernandes	CUSTEIO UNIDADE IRATI	235 566	-	(235) (566)	]
Fomento Termo de	Pinheiro			-	` '	]
Fomento Termo de	Prefeitura de Mallet Prefeitura de Rebouças	CUSTEIO UNIDADE IRATI CUSTEIO UNIDADE IRATI	766 175	-	(766)	]
Fomento Termo de	,			-	(175)	]
Fomento Termo de	Prefeitura de Guaramiranga Prefeitura de Teixeira		6.053	-	(6.053)	-
Fomento Termo de	Soares	CUSTEIO UNIDADE IRATI	51	-	(51)	-
	Prefeitura de Rio Azul RSOS DE CONVÊNIOS	CUSTEIO UNIDADE IRATI	119 <b>20.280.768</b>	5.943.087	(119) (12.835.948)	13.387.906
TOTAL CIRCU	JLANTE		(14.200.877)	-	-	(7.333.058)

## TOTAL NÃO CIRCULANTE

16 – Receitas Diferidas
As Receitas diferidas são em sua maioria referentes à aquisição de equipamentos para o ativo imobilizado e intangível com recursos de subvenções públicas, as quais são diferidas conforme a depreciação mensal dos equipamentos.

6.079.891

	31/DEZ/19	31/DEZ/18
Receitas Diferidas - Circulante	3.709.858	3.095.008
Receitas Diferidas - Não Circulante	35.280.349	28.800.634
TOTAL	38.990.207	31.895.641

17 – Outras Reservas
O sado da conta está composto pelos valores, referentes às doações acumuladas de exercícios anteriores, registradas diretamente no patrimônio líquido, enquanto as práticas contábeis adotadas no Brasil (anterior a Lei nº 11638/07), permitiam tal reconhecimento.

18 - Aplicações de Recursos

18 – Aplicaçoss de Recursos No exercício de 2019, a Entidade, aplicou integralmente os resultados obtidos na sua atividade institucional, em atendimento às disposições da Lei nº 12.101/2009 e do Artigo 14, do CTN. A LPCC, dentre as possibilidades de requerimento para a concessão do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na área de Saúde, em consonância com as disposições do Decreto 8.242/14 e da Portaria GM-MS nº 834/16, oferece e presta, efetivamente, pelo menos, sessenta por cento dos seus serviços ao Sistema Único de Saúde - SUS, fato que permite a ela, usufruir da imunidade das contribuições sociais, de acordo com as disposições da administração pública. Os atendimentos em 2019 e 2018, de acordo com acritério estabelecido no Decreto nº. 8.242/14 foram:

DESCRIÇÃO	2019			2018		
	Custos da área de	Atendimentos (nº)	%	Custos da área de	Atendimentos	%
	Saúde	Atendinientos (III)	70	Saúde	(n°)	
SUS	119.490.418	422.301	87%	109.975.614	` 426.956	89%
Convênio/Particulares	17.881.361	63.196	13%	14.229.014	55.241	11%
TOTAIS	137.371.779	485.497	100%	124.204.628	482.197	100%

19 – Doações O saldo da conta está composto pelos seguintes valores:

Doações em Espécie de Pessoas Físicas/Jurídicas Doações em Bens e Serviços TOTAL 1.722.036 **6.990.038** 13.189.188

A variação nas doações em espécie de pessoas físicas/jurídicas se deu pelo fato de celebração de termo de cooperação com a volkswagem do Brasil, para implantação do projeto "Criação do Hospice Erasto Gaertner para cuidados Paliativos".

20 – Trabalhos de Voluntários

zu – Irabainos de Voluntarios
No exercício de 2019, em atendimento as disposições da ITG 2002 (R1), a LPCC obteve prestação de serviços de voluntariados conforme artigos 26 e 31 do Estatuto da Entidade, conforme demonstrado abaixo:

· · · · · · · · · · · · · · · · · · ·			
DESCRIÇÃO	Em R\$ 1		
DESCRIÇÃO	31/DEZ/2019	31/DEZ/18	
Trabalho de Voluntários - Conselho Fiscal e Administração	1.100.889	1.056.625	
Trabalho de Voluntários - Rede Feminina de Combate ao Câncer	3.059.148	2.871.100	
TOTAL	4.160.037	3.927.725	

21 – Subvenções Públicas
A entidade recebeu subsídios através de convênios firmados com órgãos federais, estaduais e municipais, cujos valores estão contabilizados como receitas. As Subvenções Municipais repassadas pelo FAS e Termos e Fomentos, refere-se a doações para

As receitas de subvenções estadual e federal, são oriundas de equipamentos adquiridos com subvenções públicas equivalente ao total de despesas com depreciação

RECEITAS DE SUBVENÇÕES	Em R\$	Em R\$ 1		
	31/DEZ/2019	31/DEZ/2018		
Subvenção Municipal	1.104.971	6.607.514		
Subvenção Estadual	50.027	38.076		
Subvenção Federal	4.545.625	4.512.236		
Outros	120.939	124.202		
TOTAL	5.821.562	11.282.029		

22 - Outras Receitas O saldo da conta está composto pelos seguintes valores

31/DE7/19	31/DEZ/18
	638,867
	191.985
	201.673
	311.540
	89.011
77.507	3.315
5 580	7.185
	7.100
	2.292
780.140	572.090
	138.993
3.853.449	1.098.427
559.891	559,261
-	186,772
1.187.436	915.702
75.834	7.675
113.548	-
68.372	28.405
120.436	
74.185	78.789
-	22.683
25.000	75.000
8.413.428	5.129.665
	559.891 - 1.187.436 75.834 113.548 68.372 120.436 74.185

23 - Despesas Operacionais
As despesas com pessoal administração são os gastos com folha de pagamento de pagamento e encargos dos setores administrativo da LPCC, que não estão vinculados diretamente no atendimento aos pacientes.
As despesas gerais e administrativas são gastos com água, luz, telefone, assessorias, consultorias, consumo de materiais de expedientes e depreciações dos setores administrativos.
A Variação no grupo dessas despesas deu-se pelo aumento na contratação de serviços de terceiros, locação de imóveis (abertura)

de unidades de atendimento) e mudança na estimativa de provisão para para perdas com créditos de liquidação duvidosa. As despesas tributárias são juros e encargos sobre tributos parcelados. 24 - Resultados Financeiros

As receitas financeiras são os rendimentos recebidos das aplicações financeiras e as

despesas financeiras são os juros e encargos sobre empréstimos bancários, tarifas bancárias e juros sobre parcelamento de

dividas com tornecedores.

25 - Beneficio Fiscal Usufruído

Em atendimento a ITG 2002 (R1), a Entidade tem os tributos mencionados a seguir como base de sua renúncia fiscal: INSS Quota Patronal, Cofins sobre receitas, ISS sobre receitas, IR, CSLL, FAP, PIS sobre a Folha, Terceiros, IPTU, IPVA e outros impostos, na forma do artigo 14 do CTN e do artigo 150, VI, C, da CF/88.

26 - Coberturas de Seguros

A Entidade mantém estatura de seguros considerados sufficientes pela Administração para cobrir eventuais riscos sobre se A Entidade mantém cobertura de seguros considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais riscos sobre seus ativos e/ou responsabilidades.

27 - Aprovação das Demonstrações Financeiras As demonstrações financeiras foram aprovadas pela administração da entidade em 23/FEV/2020.

ADRIANO ROCHA LAGO

Curitiba-Pr, 31 de Dezembro de 2019.

ARI STAIDEL CRC/PR 051360/O-3

LIGA PARANAENSE DE COMBATE AO CÂNCER – LPCC

N° 8940 RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS – N°1-02/20 Demonstrações Financeiras em 31/DEZ/19

Curitiba, 26 de fevereiro de 2020

Administradores da

Liga Paranaense de Combate ao Câncer - LPCC Curitiba - PR

Curiuda - Fr.
Prezados Senhores
Em cumprimento às obrigações estabelecidas em nosso contrato de prestação de serviços de auditoria, apresentamos o relatório dos auditores independentes, relativamente às demonstrações financeiras do exercício findo em 31/DEZ/19.

## Paulo Sergio da Silva SÓCIO DE AUDITORIA RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Administradores da

Liga Paranaense de Combate ao Câncer - LPCC Curitiba – PR

- 6.054.846

Examinamos as demonstrações financeiras da Liga Paranaense de Combate ao Câncer - LPCC ("Entidade"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do superavit, demonstração das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas,

do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicatívas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Liga Paranaense de Combate ao Câncer – LPCC em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para Opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da Administração pelas Demonstrações Financeiras

Responsabilidades da Administração pelas Demonstrações Financeiras A administração é responsável pela elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade, ou cessar as operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela administração da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do Auditor pela Auditoria das Demonstrações Financeiras, tomadas em conjunto, estejam livres de

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financieras Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financieras, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatórior de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações

financeiras.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e sufficiente para fundamentar nosao opinião. O risco de náo detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.

Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulga-

 Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgacões feitas pela administração.

Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evi-

dencias de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas dulações nas ademonstrações financeiras ou

devemos cnamar atenção em nosso relatorio de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nosso opinião, se as divulgações forem inadequadas.

Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Curitiba, 26 de fevereiro de 2020.

Paulo Sergio da Silva Contador CRC/PR No 029.121/O-0

Bill Augusto Rizzon
Contador CRC/PR No 056.709/O-5

CONSULT – AUDITORES INDEPENDENTES CRC PR No 002.906/O-5

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da Liga Paranaense de Combate ao Câncer, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, analisaram as Demonstrações Contábeis da instituição. Todas as demonstrações apresentavam adequadamente, em seus aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da LPCC encerada em 31 de Dezembro de 2019.

Desta forma, concluímos e emitimos parecer favorável, aprovando sem ressalvas o Balanço Patrimonial, submetendo-o à expensação final da Social da Socia aprovação final da Assembléia Geral dos Sócios

Cátia Regina Sch Ize Bortolotto ConselheiraFiscal

José Ogibowski Junio Conselheiro Fiscal

Ivo Mendes Conselheiro Fisda